

UM PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA, BRASIL¹

A Panorama of Solidarity Economy in Santa Catarina, Brazil

*Ivo Marcos Theis*²

*Luis Claúdio Krajevski*³

*Daniel Rodrigo Strelow*⁴

*Tatiane Thaís Lasta*⁵

Artículo original, recibido: Octubre, 2017 // Aceptado: Diciembre, 2017

RESUMEN

O tema Economia Solidária vem ganhando espaço tanto na esfera acadêmica quanto na agenda dos mais diversos atores. Não por acaso, o objetivo deste trabalho foi apresentar um panorama da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, inserido em um contexto socioeconômico contraditório: se por um lado o Estado apresenta indicadores que demonstram um maior grau de desenvolvimento, por outro,

ABSTRACT

The Solidarity Economy theme has been gaining ground both in the academic sphere and in the agenda of the various actors. Not coincidentally, the aim of this study was to present a Solidarity Economy overview in the State of Santa Catarina, inserted in a contradictory socio-economic context: while, on one hand, the state has indicators that show a higher degree of development, on the

¹ Este artigo é resultado do trabalho “Desenvolvimento e práticas transformadoras: panorama da Economia Solidária em Santa Catarina”, apresentado no XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – XVI ENANPUR, realizado entre 18 e 22 de maio de 2015, em Belo Horizonte/MG.

² Economista, doutor em Geografia pela Eberhard-Karls-Universität Tübingen (Alemanha). Líneas de investigación: Dinâmicas socioeconômicas do território. Dirección: Universidade Regional de Blumenau – Rua Antônio da Veiga, nº 140 - Victor Konder – CEP: 89012-900 - Blumenau, SC - Brasil - Caixa-postal: 1507 Teléfono: 55 (47) 33210513. E-mail: theis@furb.br

³ Economista, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Líneas de investigación: desenvolvimento regional, desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento desigual. Dirección: Rua Frei Estanislau Schaette, 59, ap. 604, Água Verde – Blumenau – SC, Brasil, CEP 89.037-001. Teléfono: 55 (47) 3041-0005. E-mail: luisclaudio@uffs.edu.br

⁴ Economista, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Dinâmicas socioeconômicas do território. Dirección: Universidade Regional de Blumenau – Rua Antônio da Veiga, nº 140 - Victor Konder – CEP: 89012-900 - Blumenau, SC - Brasil - Caixa-postal: 1507 Teléfono: 55 (47) 33210513 E-mail: danistrelow@gmail.com

⁵ Economista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Dinâmicas socioeconômicas do território. Dirección: Universidade Regional de Blumenau – Rua Antônio da Veiga, nº 140 - Victor Konder – CEP: 89012-900 - Blumenau, SC - Brasil - Caixa-postal: 1507 Teléfono: 55 (47) 33210513 E-mail: tatilasta@gmail.com

revela desigualdades significativas entre suas regiões. Para a consecução deste objetivo, foram examinados os resultados dos Atlas de Economia Solidária referente aos anos de 2007 e 2013. A problematização revela que o desenvolvimento catarinense é marcado pela desigualdade e que a economia solidária surge como alternativa para uma parcela significativa da população. Através da comparação dos dados no período observado se evidenciou que as práticas da Economia Solidária vêm se fortalecendo ao longo do tempo e que constituem, não só uma alternativa aos trabalhadores, mas também contribuem para o desenvolvimento local e regional. Ademais, tais ações se configuram como um espaço de prática da autogestão, e, portanto, de possível generalização deste comportamento na sociedade.

Palabras clave: Economia Solidária; Santa Catarina; Desenvolvimento Desigual.

other, it reveals significant disparities among their regions. To achieve this objective, the Solidarity Economy Atlas for the years 2007 and 2013 were examined. The questioning reveals that Santa Catarina's development is marked by inequality and that the Solidarity Economy appears as an alternative for a significant portion of the population. By comparing the data in the observed period, it was evident that the Solidarity Economy practices have been strengthened over time, and they are not only an alternative to workers but also contribute to local and regional development. Moreover, such actions are configured as a space of self-management practice and, therefore, of potential generalization of this behavior in society.

Key words: Solidarity Economy; Santa Catarina; Uneven Development.

INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina costumeiramente é rotulado como privilegiado em relação às demais unidades da federação, principalmente no que tange aos indicadores socioeconômicos. Contudo, o fato de apresentar indicadores mais satisfatórios não o exime de desigualdades. Inserido no contexto brasileiro, o território catarinense é marcado por diversas e significativas disparidades, evidenciadas quando se analisam e comparam, por exemplo, suas regiões. Diante deste cenário de contradições, o surgimento de alternativas parece evidente e, dentre estas possibilidades, se destacam as experiências de Economia Solidária.

Dessa forma, o objeto deste artigo é justamente apresentar um breve panorama da Economia Solidária em Santa Catarina, Estado esse que espelha um contexto socioeconômico desigual. Para tanto, utilizam-se dados do “Atlas da Economia Solidária” dos anos de 2007 e 2013, ambos organizados pela Secretaria Nacional da Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, analisam-se dados

socioeconômicos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com fins de lograr o intento proposto, este artigo está dividido nas seguintes seções: após esta breve introdução é apresentado um debate sobre a Economia Solidária, visando identificar elementos relativos a sua origem e importância. A seguir, problematiza-se o desenvolvimento catarinense buscando compreender os impactos do modelo de desenvolvimento vigente. Posteriormente, apresenta-se um panorama da Economia Solidária em Santa Catarina, procurando constatar sua importância, características e resultados do ponto de vista socioeconômico, além de sua relação com o desenvolvimento regional. Por último, apontam-se as considerações finais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA DISCUSSÃO INICIAL

O surgimento da Economia Solidária ocorreu ao longo do século XVIII, após a revolução industrial (Rangel, 2012). Com a elevação do desemprego ocorrida diante da mecanização, parte dos trabalhadores se encontravam à margem do modo de produção capitalista. Diante da forte precarização do trabalho, alguns empresários buscavam a aprovação de leis que permitissem a proteção e melhoria nas condições dos trabalhadores. Dentre estes empresários, destacou-se o inglês Robert Owen, o qual, ao longo de sua vida, viria a implementar inúmeras iniciativas nas quais o princípio da solidariedade estava presente.

Posteriormente, a alternativa criada para superar os óbices ocasionados pelo capitalismo industrial se baseava na ideia do cooperativismo. Paralelo ao fortalecimento de empreendimentos cooperativos, os trabalhadores passaram a intensificar a criação de sindicatos e associações, as quais buscavam não só garantir melhores salários, mas também substituir os empregadores, através da autogestão. Durante algum tempo, tais iniciativas cooperativistas se tornaram uma forma alternativa ao capitalismo, originando o que viria a ser a Economia Solidária (Singer, 2002).

Apesar das iniciativas e ações relacionadas a Economia Solidária serem de longa data, somente no início dos anos 1990 que a expressão “economia solidária” surgiu, nos estudos de Jean Louis Laville e Bernard

Eme. Esta expressão visava aproximar as questões de iniciativa e solidariedade de forma associativa (França Filho, 2001). No caso brasileiro, a utilização do termo está ligada ao pesquisador Paul Singer (Rangel, 2012), sendo que a Economia Solidária representa uma nova forma de cooperativismo. Segundo Singer (2002), esta nova forma representaria um resgate aos princípios cooperativistas, valorizando a democracia e a igualdade em suas iniciativas, além da autogestão. Esta concepção explicita a ideia de Singer, a qual demonstra que a economia solidária seria uma alternativa ao modo de produção capitalista.

No Brasil, as iniciativas relacionadas ao cooperativismo se iniciaram no início do século XX. Contudo, as experiências cooperativistas brasileiras, no seu início, não apresentavam a característica de serem autogestionárias, situação que só veio a ocorrer com as cooperativas (ou associações produtivas) criadas a partir das décadas de 1980/1990. Ao longo da década de 1990 e início da primeira década do novo milênio, surge o movimento de economia solidária no Brasil. Este é resultado do movimento social e sindical como resposta ao crescimento do desemprego estrutural. Necessitava-se, assim, gerar trabalho e renda para pessoas excluídas do processo de reestruturação do mundo do trabalho e da economia.

Entretanto, o termo Economia Solidária compreende vários significados. Rangel (2012) apresenta um esboço que contempla algumas acepções e significados da economia solidária: economia da dádiva, economia da comunhão, economia do trabalho, economia popular, economia da solidariedade, economia popular solidária, economia moral, economia social, outra economia, redes de colaboração solidária e socioeconomia solidária. Cada significado acima representa um entendimento diferente acerca da economia solidária, mesmo que algumas dessas extensões possam estar inter-relacionadas. Quanto as características da economia solidária, Gaiger, apud Rangel (2012), destaca os seguintes aspectos: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Independente da melhor definição ou abordagem sobre a Economia Solidária é essencial analisar quais são suas perspectivas e possibilidades. Neste sentido, diante de um panorama em que a Economia Solidária vem ganhando espaço, inclusive dentro da pauta governamental, debater suas perspectivas é fundamental. Dentre os autores que nos auxiliam neste sentido, destaque para o trabalho de Wirt et al (2001), o qual considera

possível elencar quatro principais perspectivas teóricas da Economia Solidária, conforme descrição a seguir.

A primeira vertente trata a Economia Solidária como possibilidade de superação do capitalismo. Esta perspectiva remonta a possibilidade de que a economia solidária substituiria gradativamente o capitalismo. Por um momento, a economia solidária existiria em paralelo ao capitalismo, mas com o passar do tempo este seria superado pela economia solidária (Wirt et al., 2001). Desta forma, Singer (2002) destaca que a economia solidária não seria apenas uma simples alternativa ao capitalismo, mas também, teria condições de superá-lo, substituindo-o.

A segunda corrente trata a Economia Solidária como sendo complementar ao sistema capitalista. Os autores desta corrente entendem que o capitalismo seria o modelo majoritário, mas não o único. Desta forma, existem outras alternativas econômicas ao capitalismo, neste caso, a economia solidária. Isto indica que a economia solidária, sendo uma alternativa, complementaria o capitalismo, pois não seria exatamente o oposto do sistema capitalista em si, mas uma forma que possibilitaria vantagens a quem estivesse à margem do capital.

No que tange a terceira tendência, esta considera a economia solidária sob a ótica da economia popular. A economia solidária seria uma alternativa, dentre outras, para àqueles excluídos ao sistema capitalista. Entretanto, a economia solidária per se não teria condições para superar a lógica capitalista, pois mesmo que exista a conscientização dos males do capitalismo, esta é insuficiente para superá-lo (Wirt et al., 2001).

A quarta e última perspectiva aqui examinada se refere a autogestão. A autogestão configuraria o trabalho autogestionário como meio e fim das lutas dos trabalhadores, permitindo a constituição de uma espécie de “socialismo autogestionário” (Wirt et al 2011, p. 202), o qual avançaria para além do capital.

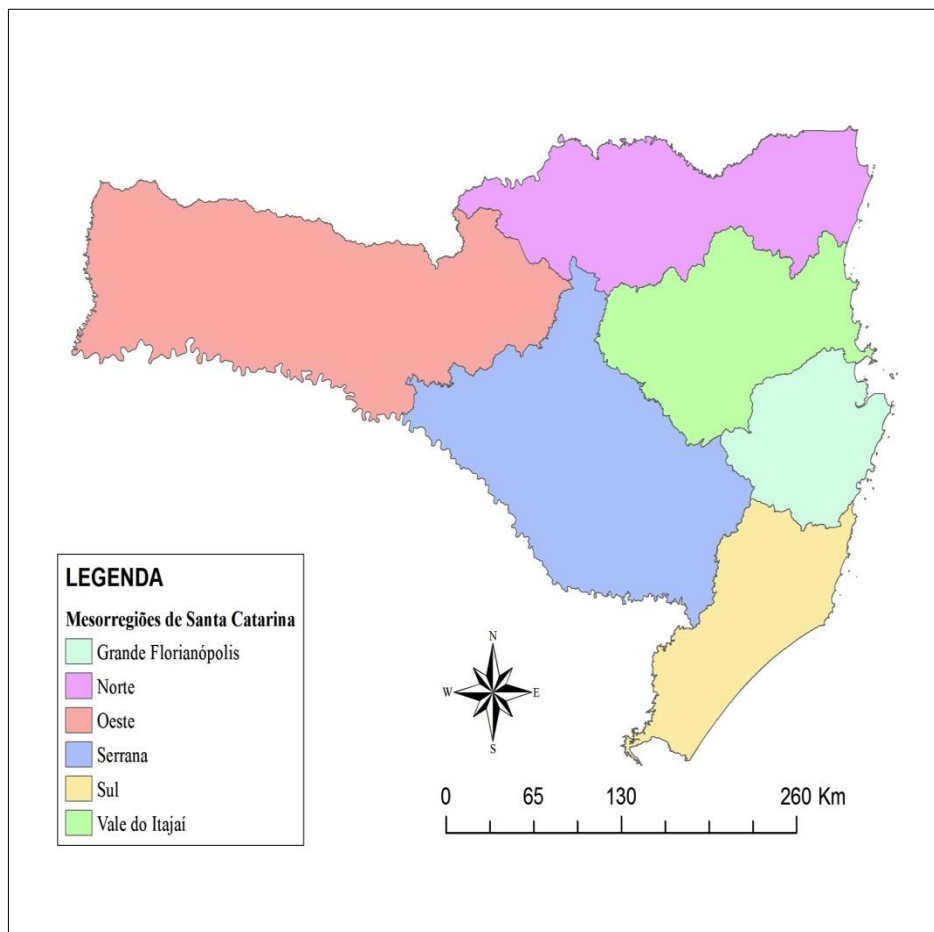
Com base no exposto nesta seção, fica evidente a ideia de que os experimentos cooperativistas ao longo da história buscavam a inserção dos trabalhadores que estavam a margem do modo de produção capitalista. Não há um consenso sobre uma única perspectiva a respeito da economia solidária, bem como não há apenas um entendimento sobre o tema, visto que várias acepções e perspectivas estão a ela relacionadas. Entretanto, é inegável que as experiências de econômica solidária, ao se fortalecerem ao longo do tempo, acabam contribuindo como alternativa ao capitalismo.

A DINÂMICA DESIGUAL EM SANTA CATARINA

Apesar de apresentar indicadores socioeconômicos mais elevados que outros Estados, cabe questionar o modelo de desenvolvimento vigente em Santa Catarina. Um exame mais minucioso revela a existência de expressivas disparidades entre regiões e desigualdades entre os indivíduos. No intuito de problematizar o desenvolvimento catarinense, se pretende nesta sessão analisar alguns dados socioeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o índice de Gini. Os dois primeiros são comparados usando como base o recorte das mesorregiões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A população residente no Estado de Santa Catarina alcançou o patamar de 6.248.436 habitantes em 2010, aumento de 7% em relação a 2007, sendo que o Estado detém área de 95.703,487 km², representando 1,12% do território brasileiro. De acordo com a divisão adotada pelo IBGE, o território catarinense é dividido geograficamente em seis mesorregiões (vide figura 1): Grande Florianópolis (21 municípios), Norte Catarinense (26 municípios), Oeste catarinense (118 municípios), Serrana (trinta municípios), Sul Catarinense (46 municípios) e Vale do Itajaí (54 municípios), Figura 1.

Figura 1. Mesorregiões de Santa Catarina



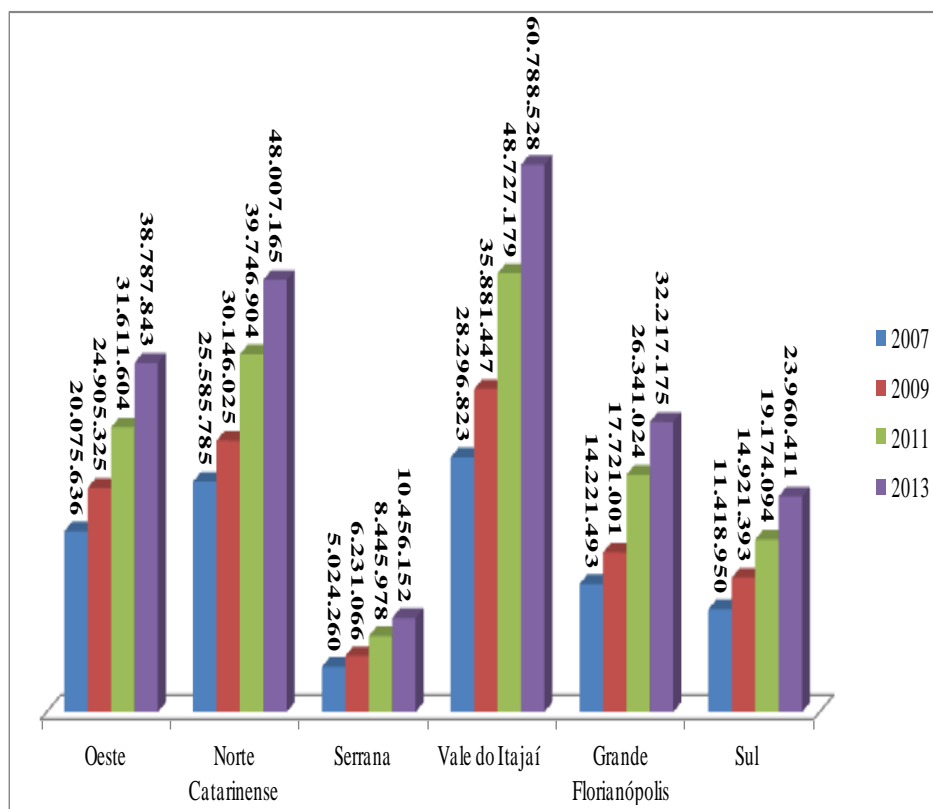
Fonte: Elaboração dos autores.

Inicialmente, ao se analisar o grau de concentração de renda, medida através do Índice Gini, se observa que Santa Catarina apresentou melhora ao longo dos anos. Em 1991 o índice de Santa Catarina era de 0,569, dez anos depois, em 2001, o índice apresentava uma relativa melhora passando para 0,497. Já em 2007 o nível de concentração de renda estava em 0,463, diminuindo para 0,424 em 2012 e 0,421 em 2014. Embora o índice de Gini venha apresentando uma relativa melhora ao

longo dos anos, a renda ainda concentra-se em uma pequena parcela da população catarinense.

Outro dado importante é o PIB, sendo que Santa Catarina experimentou um crescimento absoluto considerável no período examinado. Passou de R\$ 104,6 bilhões em 2007 para R\$ 169 bilhões em 2011. O gráfico 1 um indica a participação das mesorregiões no PIB estadual entre 2007 e 2013, Figura 2.

Figura 2. PIB das mesorregiões de Santa Catarina – em r\$ 1.000.



Fonte: IBGE, 2016.

A mesorregião do Vale do Itajaí é a que apresenta a maior participação no PIB catarinense: em 2007 era de 27,05% e em 2011 passou a produzir 31% da riqueza estadual. Esta região concentra a maior parte das empresas têxteis do Estado, sendo referência nacional e internacional

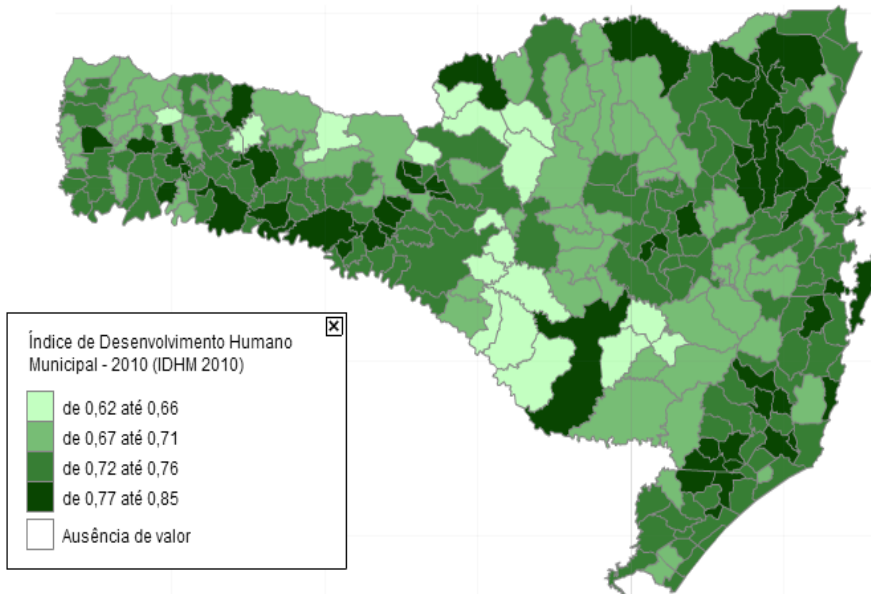
neste setor. Além disso, em Itajaí situa-se o maior porto de Santa Catarina, o qual acarreta um incremento considerável no PIB da região. Esses são alguns fatores que explicam a participação do Vale do Itajaí no PIB catarinense.

A mesorregião Norte (24,46% em 2007 e 24% em 2011) e a Oeste (19,19% em 2007 e 16% em 2011) estão na segunda e terceira posição, respectivamente. Ambas representaram um decréscimo em sua participação no PIB no período considerado. As mesorregiões Grande Florianópolis e Sul Catarinense aparecem na sequência com uma menor fatia do PIB de Santa Catarina. A menor participação está na mesorregião Serrana, não chegando nem a 5% da participação do PIB estadual. Tal resultado contribui sobremaneira para que outros indicadores socioeconômicos da região Serrana se encontrem abaixo da média estadual.

Este panorama de concentração pode ser analisado como fruto do que Harvey (2004) chama de desenvolvimento geográfico desigual. Fatores capazes de explicar o subdesenvolvimento da região do planalto catarinense seriam a concentração de grandes propriedades improdutivas e o pouco investimento nesta mesorregião, justamente pelo fato de que o capital tende a locomover-se no espaço e investir nas áreas que sejam mais atrativas (fácil escoamento da produção, mercado e rendimento altos).

Outro indicador importante para a análise, e que não se limita ao crescimento econômico, é o IDHM. Na figura 2, a seguir, são demonstrados dados do IDHM dos municípios catarinenses referente ao ano de 2010. Todos os municípios do mapa são apresentados na cor verde, todavia, há uma clara diferença quanto a tonalidade da cor. Os municípios que apresentam uma tonalidade de verde mais forte (escura), detém maior IDHM; já os municípios que apresentam uma tonalidade mais fraca (clara), menores são seus índices, Figura 3.

Figura 3. Índice de desenvolvimento humano municipal 2010 (idhm 2010) – Santa Catarina



Fonte: IBGE (2014)

Com base na figura 2, e considerando uma perspectiva de análise por mesorregiões, observa-se que o Vale do Itajaí apresenta um número maior de municípios na faixa mais alta de desenvolvimento (de 0,77 até 0,85), com destaque para os municípios de Blumenau (0,806), Balneário Camboriú (0,845), Rio do Sul (0,802), Itajaí (0,0795) e Brusque (0,795). Na mesorregião Oeste, os municípios que apresentam melhores resultados de IDHM são: Joaçaba (0,827), São Miguel do Oeste (0,801), Concórdia (0,800) e Chapecó (0,790). Na mesorregião Norte os melhores números são observados nos municípios de Joinville (0,809) e Jaraguá do Sul (0,803). No Sul, destaque para os municípios de Rio Fortuna (0,806), Criciúma (0,788) e Tubarão (0,796). A mesorregião da Grande Florianópolis apresenta melhores resultados nos municípios de Florianópolis (0,847), São José (0,809) e Santo Amaro da Imperatriz (0,781). Todavia, a mesorregião Serrana de Santa Catarina conta apenas com o município Lages (0,770) em tom “verde escuro”.

A segunda faixa de IDHM indicada no mapa engloba os municípios que apresentam índices entre 0,72 a 0,76. Neste caso, há grande quantidade de municípios nas mesorregiões do Norte e Oeste catarinense. Na terceira faixa, são exibidos os municípios que apresentam indicadores entre 0,67 e 0,71. Por fim, registra-se os municípios que se situam na faixa entre 0,62 e 0,66. No caso de Santa Catarina, representa os municípios menos desenvolvidos, pois não há município que apresente IDHM inferior a 0,621. Neste cenário, a mesorregião Serrana de Santa Catarina apresenta a maior quantidade de municípios (verde-claro), sendo que o Meio Oeste também exhibe vários municípios nesta situação.

Sendo assim, tal panorama de concentração pode ser visto como fruto de um desenvolvimento geográfico desigual que perdura no território catarinense, e que vem assumindo novas e diferentes formas ao longo do tempo (Theis, 2009). Após uma breve análise dos indicadores, não é difícil chegar à conclusão de que o modelo de desenvolvimento vigente se mantém e é pulsado pelas desigualdades regionais e marcado pelo que se chama de desenvolvimento geográfico desigual. Este sustenta que as desigualdades são produzidas pelo próprio modelo de desenvolvimento, observadas nas diferenças expressivas das paisagens das regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. E como nos recomenda Harvey (2004), é a acumulação de capital, com bases no livre mercado, que produz as diferenciações geográficas em termos de riqueza e poder.

Diante de um cenário de contradições, representadas aqui por municípios mais e menos desenvolvidos, regiões com maior ou menor participação no PIB catarinense e grande disparidade quando se analisa o índice de Gini, experiências alternativas ganham espaço no Estado de Santa Catarina. É o caso da Economia Solidária, que será discutida a seguir.

PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA

Nesta seção, exhibe-se um breve panorama da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina. Para tanto, foram utilizados dados do Atlas da Economia Solidária dos anos de 2007 e 2013, ambos organizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Primeiramente comparam-se

os dados disponíveis nos dois períodos e, em seguida, organiza-se um balanço com os dados mais recentes (apenas 2013).

Conforme demonstrado na tabela 1, em 2007 havia 690 empreendimentos de economia solidária no Estado, distribuídos nas seis mesorregiões. O destaque ficava para a mesorregião Oeste, com 320 experiências. O último levantamento mostrou um crescimento de 10,72%, elevando o número de experiências solidárias para 764. A mesorregião Oeste continua concentrando a maioria dos empreendimentos, com 53,53%.

Vale destacar que três mesorregiões experimentaram uma queda no número de práticas solidárias: Região Norte (-8,82%), Região do Vale do Itajaí (-16,48%) e a Grande Florianópolis (-29,58%). Em matéria de crescimento de experiências no período examinado, a região Sul lidera, com elevação de 35,94%, seguida da região Oeste, com 27,81%.

Tabela 1. Número de experiências de economia solidária em Santa Catarina – 2007 e 2013.

Mesorregiões/Estado	Experiências de Economia Solidária		Variação (%)
	2007	2013	
Oeste	320	409	27,81%
Norte	102	93	-8,82%
Serrana	42	49	16,67%
Vale do Itajaí	91	76	-16,48%
Grande Florianópolis	71	50	-29,58%
Sul	64	87	35,94%
Total Santa Catarina	690	764	10,72%

Fonte: MTE, 2007; 2013.

A tabela 2 apresenta o número de sócios envolvidos nas experiências de economia solidária catarinenses. Apesar do aumento em relação ao número de empreendimentos, o número de pessoas associadas teve uma leve queda de 6,67%. Enquanto em 2007 estas atividades envolviam 127.644 pessoas, em 2013 o número de pessoas envolvidas diminuiu para 119.124. Mesmo que em pequena proporção, a participação das mulheres teve uma elevação: se em 2007 era de 31,22% ante 68,78% dos homens, em 2013 passou a ser de 35,49%, com 64,51% dos postos sendo ocupados pelos homens. Destaque ainda para o fato de que 62,91%

das funções de coordenação das atividades solidárias são ocupadas por mulheres em 2013.

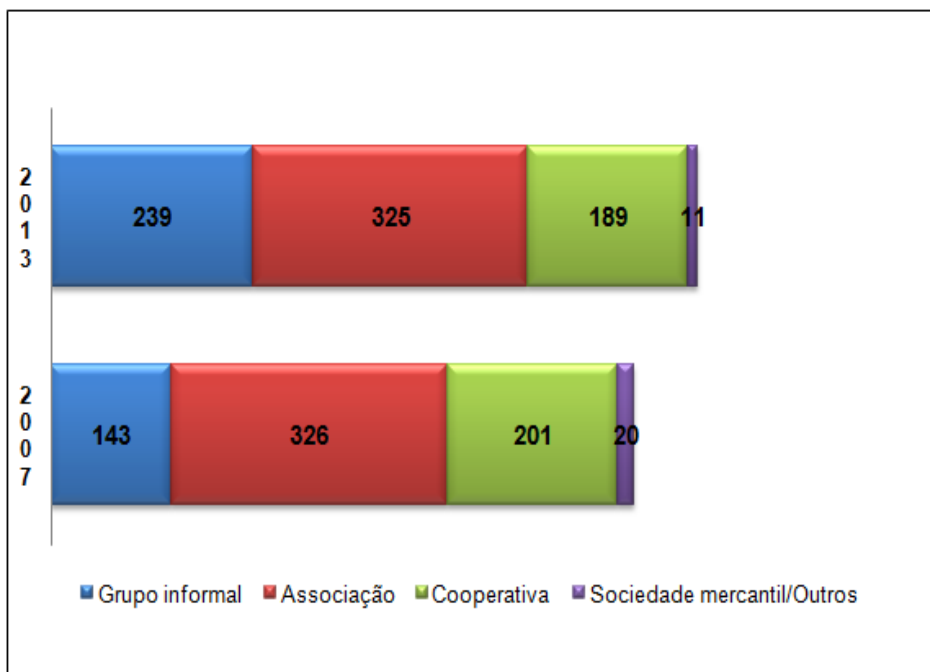
Tabela 2. Número de sócios das experiências de economia solidária em santa catarina - 2007 e 2013.

Macrorregiões	Número de sócios das experiências de economia solidária					
	2007			2013		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Oeste	55.950	28.614	84.564	56554	32.362	88.916
Norte	20.777	6.010	26.787	7640	3.341	10.981
Serrana	1.915	1.232	3.147	3651	2.517	6.168
Vale do Itajaí	2.509	986	3.495	3302	1.676	4.978
Grande Florianópolis	2.858	2.278	5.136	2961	1.222	4.183
Sul	3.783	732	4.515	2734	1.164	3.898
Total Santa Catarina	87.792	39.852	127.644	76842	42282	119124

Fonte: MTE, 2007; 2014.

De acordo com o gráfico 2, referente a forma de organização dos empreendimentos de Economia Solidária, em 2007 a maioria estava sob forma de “associação” (326 ou 47,25%), seguida da forma “cooperativa” (201 ou 29,13%) e pela forma de “grupo informal” (143 ou 20,72%). Os demais (vinte empreendimentos) organizavam-se em forma de sociedade mercantil ou outros. Com relação ao levantamento de 2013, este apresentou algumas mudanças. Apesar da “associação” continuar predominante, ela experimentou queda (passou a 42,54%) e a forma de “grupo informal” passou a figurar como a segunda opção na organização das iniciativas solidárias: 239 casos (32,21%). A forma “cooperativa” ficou com 189 empreendimentos (24,74%). Os organizados em forma de sociedade mercantil ou outros totalizam agora apenas onze empreendimentos, Figura 4.

Figura 4. formas de organização das experiências de economia solidária no estado de Santa Catarina – 2007 e 2013.



Fonte: MTE, 2014.

A tabela 3 vai tratar da localização dos empreendimentos de economia solidária no Estado, distribuídos em área rural, urbana e rural/urbana, informação está disponibilizada no Atlas de Economia Solidária apenas no ano de 2013. Neste quesito, ficou evidente a presença dos experimentos no meio rural catarinense: 56,54% têm estas características. Sem contar que outros 18,32% têm características “híbridas”, ou seja, tem atuação urbana e rural. Considerando as mesorregiões, apenas a Grande Florianópolis e o Norte apresentam uma predominância de empreendimentos nas áreas urbanas (70% e 51,61%, respectivamente).

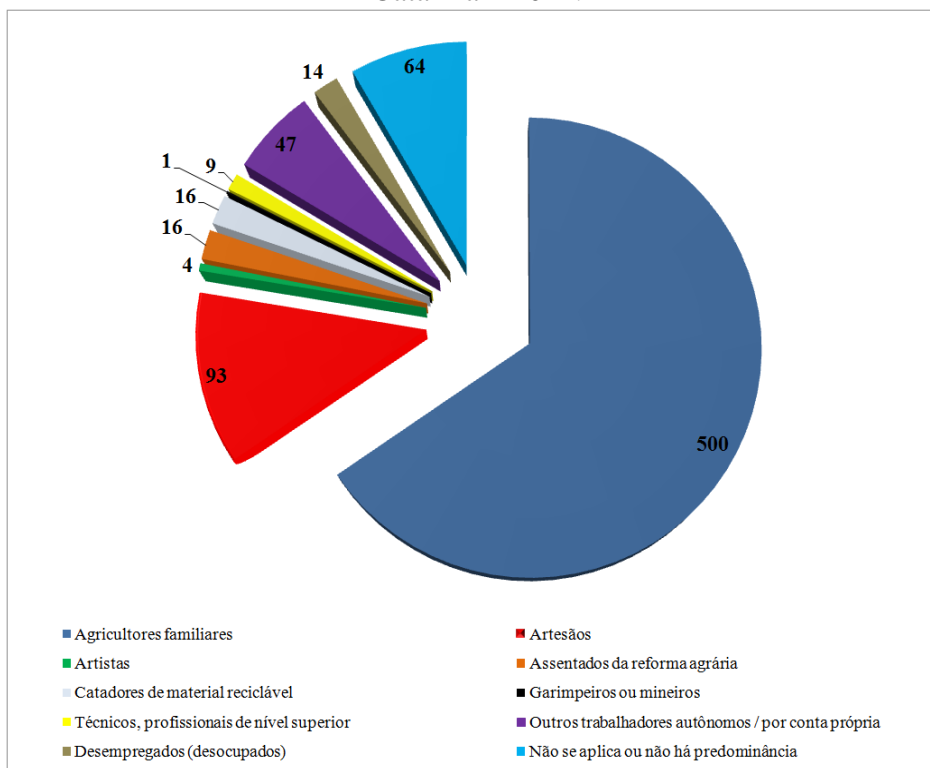
Tabela 3. Área de atuação das experiências de economia solidária em Santa Catarina – 2014.

Macrorregião s/Estado	Distribuição das experiências por área de atuação						Total 2013
	Rural	%	Urban a	%	Rural e urbana	%	
Oeste	280	68,46%	50	12,22%	79	19,32%	409
Norte	32	34,41%	48	51,61%	13	13,98%	93
Serrana	27	55,10%	13	26,53%	9	18,37%	49
Vale Do Itajaí	42	55,26%	30	39,47%	4	5,26%	76
Grande Florianópolis	6	12,00%	35	70,00%	9	18,00%	50
Sul Catarinense	45	51,72%	16	18,39%	26	29,89%	87
Total	432	56,54 %	192	25,13 %	140	18,32 %	764

Fonte: MTE, 2014.

O figura 5 exibe um perfil referente a categoria social dos associados catarinenses. Corroborando com o fato de que mais da metade dos empreendimentos tem sua atuação na área rural, a categoria predominante dos associados é a dos agricultores familiares, pois estão presentes em quinhentos empreendimentos (65,45%). A segunda categoria que apresenta maior participação é a dos artesãos, 93 empreendimentos (o que corresponde a 12,17% do total). Convém destacar ainda dois segmentos em especial: a presença de um grupo de garimpeiros/mineiros do sul do Estado e dos desempregados e assentados da reforma agrária, com maior presença na mesorregião Oeste.

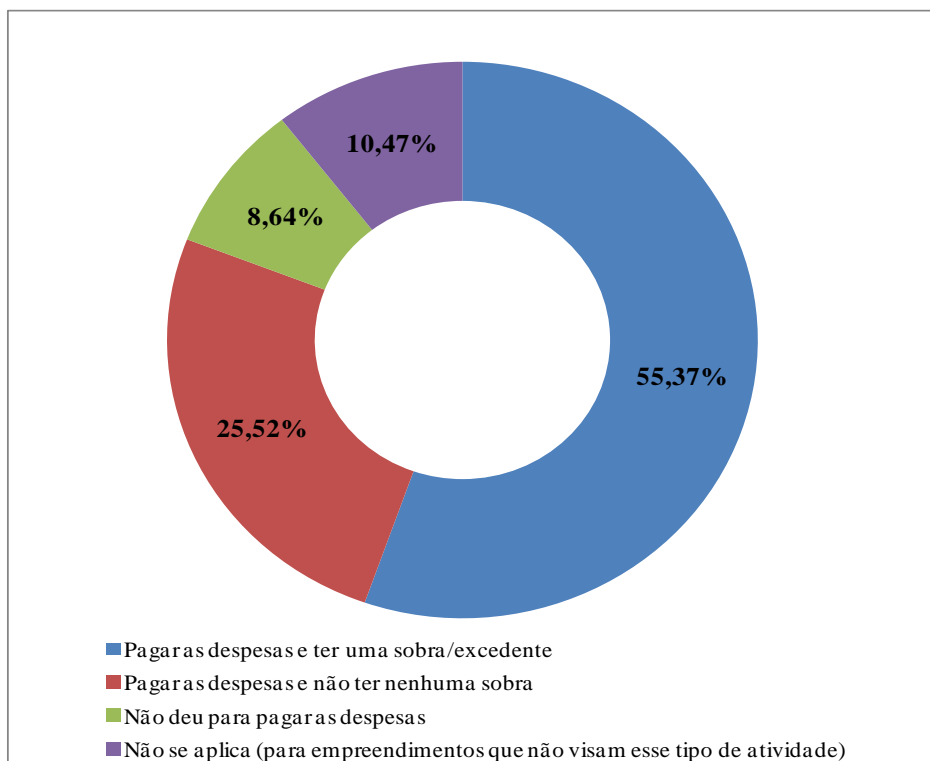
Figura 5. categoria social dos associados da economia solidária em Santa Catarina – 2014.



Fonte: MTE, 2014.

O figura 6 4 trata dos resultados econômicos obtidos pelos empreendimentos de economia solidária catarinenses, dado disponibilizado apenas na edição atual do Atlas da Economia Solidária (2013). Estes resultados econômicos que os empreendimentos solidários apresentam estão baseados no ano anterior à pesquisa/entrevista, e não incluem as doações de recursos. De acordo com este dado, 55,37% das iniciativas solidárias de Santa Catarina puderam pagar as despesas e ainda ter excedente. Outros 25,52% puderam pagar suas despesas, mas sem excedente. De outro lado, apenas 8,64% deles não conseguiram pagar todas as despesas, ao passo que 10,47% não se enquadraram neste questionamento. Destaca-se que mais de 80% dos empreendimentos tiveram êxito em sua atividade, um número expressivo e que indica a importância da Economia Solidária em Santa Catarina.

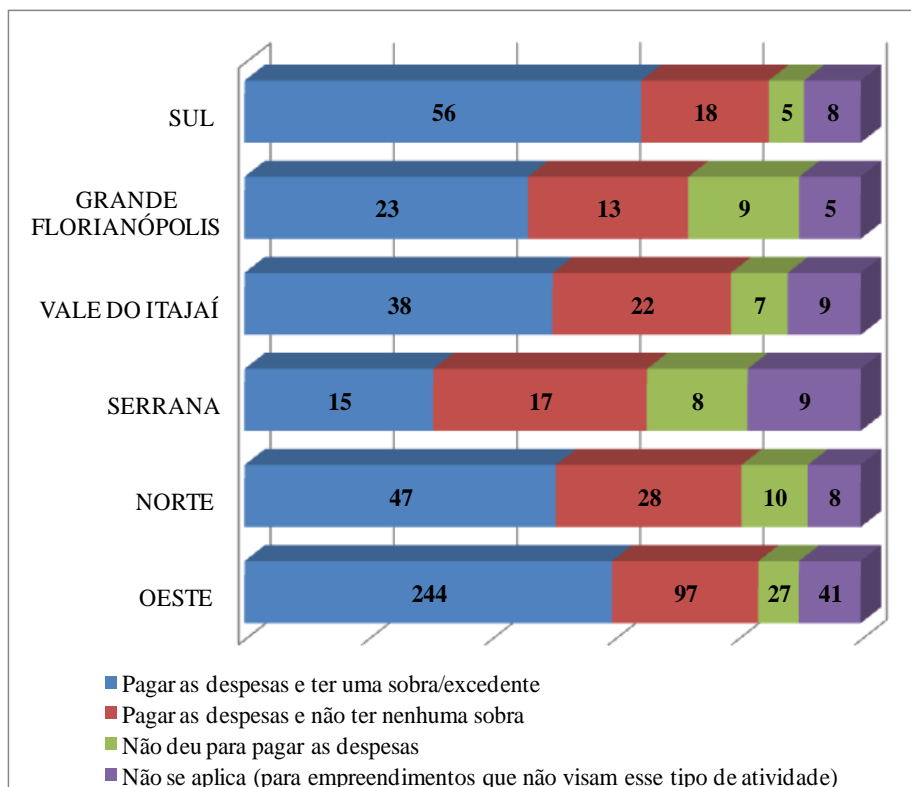
Figura 6. Resultados econômicos dos empreendimentos economicos solidários - 2014.



Fonte: MTE, 2014.

Ao considerar a questão dos resultados por regiões, somente a região Serrana apresenta dados insatisfatórios, pois ao somar o número de empreendimentos que pagaram suas despesas aliados àqueles que não pagaram suas despesas é superior aos empreendimentos que pagaram suas despesas e obtiveram sobra/excedente. Por outro lado, as mesorregiões Sul e Oeste apresentaram os melhores resultados. Tais dados estão retratados no figura 7, que acaba regionalizando os resultados econômicos vistos anteriormente.

Figura 7. Resultados econômicos separados pelas mesorregiões de Santa Catarina - 2014



Fonte: MTE, 2014.

A tabela 4 exprime as motivações que os associados possuem quando de sua inserção em empreendimentos de economia solidária. Esta motivação para a criação dos grupos de economia solidária é um elemento importante quando se pensa em alternativas ao modelo hegemônico. Neste quesito, as maiores motivações foram a geração de renda: alternativa complementar a renda – 18,46%; maiores ganhos – 15,58% e alternativa ao desemprego – 7,10%. Outra motivação expressiva foi o desejo de desenvolver uma atividade econômica sem “patrões”, ou seja, um empreendimento em que “todos são donos”, com 13,93%, além do “desenvolvimento comunitário”, outra justificativa elencada, sendo responsável por 8,76% do total.

Tabela 4. Motivação para criação da experiência solidária em Santa Catarina – 2014.

Motivação para criação da experiência solidária	Frequência
Uma alternativa ao desemprego	7,10%
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	15,58%
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	18,46%
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	13,93%
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	4,18%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	2,37%
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	0,36%
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3,98%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	8,76%
Alternativa organizativa e de qualificação	7,61%
Incentivo de política pública (governo)	4,58%
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	1,85%
Fortalecimento de grupo étnico	1,78%
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	4,34%
Outro	5,13%

Fonte: MTE, 2014.

A tabela 5 revela as principais conquistas relatadas pelos associados da economia solidária no Estado. Pela ordem, os principais resultados foram a geração de renda (27,29%), a integração coletiva (23,64%), a prática da autogestão e cidadania (16,83%) e o compromisso social dos participantes (13,98%). Tais resultados vão ao encontro das questões anteriores que denotam, por exemplo, a importância da renda para as pessoas que integram projetos desta natureza e a interação social.

Tabela 5. Principais conquistas dos empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina – 2014.

Principais conquistas	Frequência (%)
A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as)	27,29%
A autogestão e o exercício da democracia	16,83%
A integração do grupo/coletivo	23,64%
O comprometimento social dos (as) sócios (as)	13,98%
Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.)	7,35%
A conscientização e compromisso político (com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais)	5,83%
Outra	5,08%

Fonte: MTE, 2014.

A tabela 6 trata dos principais desafios enfrentados pelos empreendimentos de economia solidária. Neste ponto destacam-se as questões relacionadas a viabilidade financeira dos empreendimentos: geração de renda (18,36%) e viabilidade econômica (15,92%), bem como a necessidade de manutenção da união do grupo solidário (15,40%), a preocupação ambiental (11,14%) e a promoção da articulação com os demais movimentos e práticas solidárias (10,91%).

Tabela 6. Os principais desafios encontrados nos empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina - 2014

Principais desafios	Frequência (%)
Viabilizar economicamente o empreendimento	15,92%
Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)	18,36%
Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as)	6,07%
Efetivar a participação e a autogestão	9,79%
Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)	7,57%
Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)	11,14%
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária	10,91%
Manter a união do grupo/coletivo	15,40%
Outro	4,85%

Fonte: MTE, 2014.

Importante destacar ainda que 49,08% dos empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina participam de alguma rede ou fórum ligado à prática solidária. Destes, 50,92% mantém relações com movimentos sociais, populares e sindicatos, sendo que tais relações são essenciais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento destas práticas.

É inquestionável a importância da economia solidária em Santa Catarina, conforme os dados apresentados e analisados anteriormente. Desta forma, é possível destacar alguns resultados satisfatórios. Inicialmente, o aumento no número de experiências de economia solidária. Se o percentual não foi tão elevado (acréscimo de 10,72%), representou um avanço e não uma estagnação ou retrocesso nos empreendimentos. Outro resultado importante se refere a ao número de empreendimentos que estão localizados nas áreas rurais. Sabidamente, tais áreas têm apresentado um processo contínuo de êxodo de contingentes populacionais, porém, as experiências de economia solidária permitem a construção de um contraponto essencial neste sentido. Prova disso é a maioria dos associados estarem vinculados as atividades de agricultura familiar.

Outrossim, a maioria dos empreendimentos apresentou resultado financeiro favorável (55,37%). Apesar deste ponto não representar o objetivo maior para tais iniciativas, é impensável imaginar que estes empreendimentos prosperem sem condições financeiras adequadas. Paralelo a isso, é interessante observar que para mais de 60% dos associados, a principal conquista não se refere a motivação financeira/material. Tal apontamento indica uma conscientização e reflexão notáveis a respeito da economia solidária.

CONCLUSÕES

A proposta deste artigo foi apresentar um breve panorama da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina. Como ficou evidente, o Estado catarinense é permeado por um desenvolvimento geográfico desigual, consequência e condição para a acumulação capitalista. Assim, mesmo sendo considerado um Estado desenvolvido no contexto brasileiro, suas desigualdades internas indicam a contradição do modelo de desenvolvimento atual. Desta forma, indicadores generalizados podem apresentar grandes distorções a respeito das desigualdades existentes. A

contribuição do PIB por mesorregiões, o IDHM e o índice de Gini reforçam tal assertiva.

Justamente neste cenário de contradições, parcelas da população procuram promover sua inserção na economia local através de empreendimentos de economia solidária. Não por acaso, houve crescimento das práticas solidárias, o que nos indica que as desigualdades continuam e que estas práticas contribuem para que parte da população melhore suas condições socioeconômicas e tenham acesso a uma vida mais digna. A participação das mulheres e a maior parte dos empreendimentos se situarem na área rural permite presumir que os resultados não são significativos apenas do ponto de vista econômico-financeiro, mas sim, com grande relevância social. Outro aspecto importante, evidenciado nas motivações e conquistas dos associados das experiências solidárias, foi a prática da autogestão e o desenvolvimento de uma atividade econômica “sem patrões”. De fato, são características de negação do sistema hegemônico.

Retomando a discussão sobre as perspectivas da Economia Solidária, não é possível fazer uma simples classificação, já que as experiências solidárias são heterogêneas e carregam inúmeras características, ora em comum, ora divergentes. Uma inferência evidente é que a grande maioria dos envolvidos enxergam tais práticas como uma alternativa frente as dificuldades enfrentadas diante da competição capitalista. Não por acaso, a geração de trabalho e renda é a mais lembrada. Independentemente dos resultados serem mais ou menos expressivos, torna-se explícito que as iniciativas de economia solidária estão se fortalecendo ao longo do tempo, constituindo uma alternativa aos trabalhadores e contribuindo para o desenvolvimento local/regional.

Quanto a contribuição de tais experiências no desenvolvimento regional, os dados indicam que esta é uma alternativa real. Basta observar que um dos territórios que apresentam maiores desigualdades, a mesorregião Oeste, conta com o maior número tanto de experiências de economia solidária quanto sócios envolvidos. A mesorregião Serrana reforça tal entendimento, pois é a terceira no número de sócios. Além disso, diante de um processo no qual cada vez mais as políticas públicas enfatizam o desenvolvimento regional sob o prisma urbano-industrial, identificar na área rural o maior número de empreendimentos é bastante significativo. Aliás, apenas nas mesorregiões Norte e Grande Florianópolis que a área urbana predomina no que diz respeito ao local das atividades.

A mesorregião Oeste também se destaca quanto ao retorno econômico financeiro, bem como a região Sul do Estado.

Dessa maneira, sugere-se a continuidade no incentivo e no fomento das práticas solidárias. Faz-se necessário a promoção de redes que articulem estas práticas nos mais diversos níveis e, é claro, o constante trabalho dentro dos próprios grupos, das características de negação ao sistema dominante, para que sejam, como sugere umas das correntes anteriormente examinada, um dos pontos de partida para outro tipo de sociedade. Além disso, a economia solidária é também um espaço de prática da autogestão e, portanto, de possível generalização desta na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- França F., G. C. (2001). A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Sociedade e Estado*, 16 (1-2). Disponível desde Internet em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100011&script=sci_arttext> Acesso em 09 de outubro de 2014.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves.
- IBGE/SIDRA. (2014). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. Índice Gini Santa Catarina. Rio de Janeiro. Disponível desde Internet em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de outubro de 2014.
- IBGE/SIDRA. (2016). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Recuperação Automática. Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro. Disponível desde Internet em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 de maio de 2016.
- IDHM. (2014). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível desde Internet em: <

- http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/> Acesso em 02 de julho de 2014.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2007). Secretária Nacional de Economia Solidária. Consultas Gerais 2007. Disponível desde Internet em: <http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasESmenu.html>> Acesso em 08 de dezembro de 2014.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2013). Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas 2013. Disponível desde Internet em: <http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasESmenu.html>> Acesso em 08 de dezembro de 2014.
- Rangel, R. R.; Manolescu, F. M. K. (2012). Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica. *Educação, Gestão e Sociedade*, 8 (2). Disponível desde Internet em: <http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero08/economiaSolidaria.pdf>> Acesso em 08 de outubro de 2014.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Smith, N. (1998). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Theis, I. M. (2009). Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, 12(2):241-252, Disponível desde Internet em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/324>[Acesso em 08 de dezembro de 2014].
- Wirt, I. G.; Fraga, L.; Novaes, H. T. (2011). Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: Batista, Eraldo L.; Novaes, Henrique T. (org.). *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru: Canal 6, p. 191-218, 2011.